



**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 755/2020**

**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE DO SUL – RS, CNPJ nº 87.572.079/0001-03.

Representante Legal: *Paulo Sergio Rodrigues Flores*, Prefeito Municipal, CPF nº 619.054.530-00.

**CONTRATADA:** **BASCEL SOLUÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Travessa Luiza Henriqueta, nº 450, Bairro Água Branca, CEP 85606-649, Francisco Beltrão – Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 21515353/0001-02, neste ato representada por seu Representante Legal, Leonardo Cella Baseggio, inscrito no CPF sob o nº 053.211.739-58 e portador do RG nº 91147939.

**1. OBJETO:** O presente termo tem por objetivo a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA E HOSPITAL MUNICIPAL, especificados abaixo, constantes na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2020 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO CENTRO DOS ESTADOS/RS – CI/CENTRO, proveniente ao Registro de Preços do Pregão Eletrônico nº 002/ 2020, Processo nº 043/2020, e em conformidade com os dispositivos instituídos pela Lei 8.666/93, Lei nº 11.107/05, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 5.450/05 e Lei Complementar nº 123/06.

Item	Quant	UM	Produto	Marca	Valor Unit.	Valor Total
7	1000	COM	DIGOXINA 0,25MG CP - CX C/ 500 CPR	PHARLAB	0,07240	72,40
8	1500	COM	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 10MG + DIPIRONA 250MG CP - CX C/ 250 CPR	PHARLAB	0,32540	488,10
<b>Total dos Produtos</b>						<b>560,50</b>

**2.** Os produtos deverão estar em conformidade com as normas da ABNT/NBR – Associação Brasileira de Normas Técnicas, do INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Saúde e de outras normas regulamentadoras aplicáveis, em vigor (caso houver).

**3. PRAZOS DE ENTREGA:**

**3.1.** A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de **até 15 (quinze) dias consecutivos** contados do primeiro dia útil subsequente à data de recebimento da ordem de compra/empenho, mediante agendamento prévio através dos telefones dos municípios que solicitaram o produto, no local especificado pelos mesmos.

- O pedido de prorrogação de prazo para entrega dos objetos somente será conhecido pelo município, caso o mesmo seja devidamente fundamentado e solicitado antes de expirar o prazo de entrega estipulado.
- Junto dos materiais deverão ser entregues os laudos técnicos de controle de qualidade do fabricante.
- Poderão ocorrer pedidos com entregas parceladas conforme a necessidade do município.
- Os materiais deverão ser entregues com as embalagens em perfeito estado. Sendo constatada qualquer irregularidade, a CONTRATADA deverá entregar nova remessa dentro das condições ideais, cujo prazo será determinado no ato pelo responsável pelo recebimento e imediatamente comunicado ao setor competente para que seja(m) adotada(s) a(s) sanção(ões) cabível(is).
- A não substituição do material em desacordo dentro do prazo estipulado, será considerado como não entregue, estando sujeita à multa, conforme prevê a CLÁUSULA OITAVA do edital Consórcio 2019.
- Os custos para que sejam substituídos os materiais rejeitados correrão exclusivamente às expensas da CONTRATADA.
- O recebimento dos materiais será provisório para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do pregão.
- O local de entrega será especificado na ordem de compra/empenho, **ficando expressamente proibida a entrega em local diverso ao especificado.**
- O prazo de validade dos materiais deverá ser de no mínimo 12 (doze) meses da data da entrega.



### 3.2. Do local de entrega e horário:

Secretaria Municipal de Saúde – Rua Sete de Setembro nº 815 – Das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:00h.

Hospital Municipal – Rua Antônio Gomes, nº 386 – Das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 16:00h

### 4. PAGAMENTO:

4.1. A contratante pagará a contratada o valor de **R\$ 560,50** (Quinhentos e sessenta reais e cinquenta centavos).

4.2. O pagamento só será efetuado quando a CONTRATADA realizar a entrega total dos itens relacionados na nota de empenho.

4.3. O pagamento será efetuado em **até 20 (vinte) dias consecutivos**, contados da data da liberação da nota fiscal para o CONTRATANTE.

4.4. O CNPJ da CONTRATADA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.5. **Deverá constar na nota fiscal, os dados bancários para pagamento (banco, agência, nº da conta), bem como o número do empenho correspondente e local de entrega.**

4.6. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE, em horário de expediente. Caso o dia de pagamento seja feriado, o mesmo será transferido para o primeiro dia útil seguinte.

### 5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão Solicitante: Sec. Mun. de Saúde

**Projeto:** 2090 Manutenção da Farmácia Básica - Recurso Estadual

**RV:** 4050 Farmácia Básica

**Reduzido:** 13147

**Despesa:** 3390.30.09.00.00.00 Material farmacológico

### 6. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

6.1 Os preços não sofrerão reajustes, conforme determina o parágrafo 1º do Art. 2º da Lei 10.192/01. De acordo com a previsão do Art. 65, II, “d” da Lei 8.666/93, fica ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro em face da superveniência das condições de mercado aplicáveis à espécie, devendo para tanto ser observada a CLÁUSULA DÉCIMA da Ata de Registro de Preços.

### 7. DISPOSIÇÕES GERAIS:

7.1. Fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição, o Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2020 e seus anexos, que explicitam as demais condições deste fornecimento, em acordo com a Lei nº 8.666/93.

7.2. Fica assegurado toda e qualquer informação constante no Edital/ Pregão Eletrônico nº 002/ 2020, Processo nº 043/2020 e Ata de Registro de Preço.

E por assim estarem de acordo, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor o forma, elegendo o Foro de São Vicente do Sul - RS, para dirimir eventuais questões dele decorrentes, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

São Vicente do Sul, 15 de outubro de 2020

\_\_\_\_\_  
Representante do Município

\_\_\_\_\_  
Representante da Empresa

TESTEMUNHAS

1: \_\_\_\_\_

2: \_\_\_\_\_

Este Contrato Simplificado foi examinado e aprovado em 15/10/2020 pelo Setor Jurídico Municipal, quanto à legislação, deixando de manifestar-se sobre o objeto, por não deter conhecimento técnico sobre o mesmo.